

FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NO ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR NO ENFRENTAMENTO E COMBATE AO FEMINICÍDIO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

INTEGRAL HUMAN DEVELOPMENT IN BASIC EDUCATION: A TRANSDISCIPLINARY
APPROACH TO CONFRONTING AND COMBATING FEMICIDE IN BRAZILIAN
SOCIETY

DESARROLLO HUMANO HOLÍSTICO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: UN ENFOQUE
TRANSDISCIPLINARIO PARA AFRONTAR Y COMBATIR EL FEMINICIDIO EN LA
SOCIEDAD BRASILEÑA.

Carlos Luis Pereira¹

Helânia Thomazine Porto²

Marcello de Lima Capucho³

RESUMO: O fenômeno silencioso geográfico do feminicídio na sociedade brasileira, resultado da herança patriarcal e machista com relação intrínseca com a violência estrutural, tem apresentado tendência de crescimento nos últimos anos, demandando emergência em políticas e medidas protetivas. Este estudo objetiva analisar a potencialidade da abordagem transdisciplinar como estratégia didática, visando formação humana dos educandos voltada à desconstrução da cultura machista e combate do feminicídio entre os temas transversais contemporâneos e competências gerais para aquisição de todos os alunos ao longo da Educação Básica. A pesquisa de viés qualitativo, com contornos descritivo e exploratório, estruturada nos procedimentos da pesquisa documental em associação com a pesquisa bibliográfica; Revelou-se inovadora abordagem transdisciplinar no ensino na educação básica, como ação didático-pedagógica e metodológica no enfrentamento e combate do feminicídio na sociedade brasileira. Conclui-se, sendo primordial na realidade da educação básica brasileira contemporânea, enfrentamento e combate do feminicídio no Brasil.

1

Palavras-chave: Educação Básica. Feminicídio. Transdisciplinaridade. Estudantes.

ABSTRACT: The silent geographical phenomenon of femicide in Brazilian society, a result of the patriarchal and sexist heritage intrinsically linked to structural violence, has shown a growing trend in recent years, demanding urgent protective policies and measures. This study aims to analyze the potential of a transdisciplinary approach as a didactic strategy, aiming at the human formation of students focused on the deconstruction of sexist culture and the fight against femicide among contemporary cross-cutting themes and general competencies for acquisition by all students throughout Basic Education. The qualitative research, with descriptive and exploratory contours, structured in the procedures of documentary research in association with bibliographic research, revealed itself as an innovative transdisciplinary approach in basic education teaching, as a didactic-pedagogical and methodological action in confronting and combating femicide in Brazilian society. It concludes that, in the reality of contemporary Brazilian basic education. Combating the femicide of Brazil.

Keywords: Basic Education. Femicide. Transdisciplinarity. Students.

¹ Licenciado em Educação Física, Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia. Especialista em Psicologia da Aprendizagem e Educação e Didática da Matemática. Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Ensino de Ciências e Matemática. Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Rondonópolis-MT.

² Professora Doutora Efetiva e Coordenadora do Curso PíEEI da UNEB, Campus X, Teixeira de Freitas-BA.

³ Doutorando em Educação Física na UFES-ES. Professor da UNEB no Campus X, Teixeira de Freitas-BA.

RESUMEN: El silencioso fenómeno geográfico del feminicidio en la sociedad brasileña, resultado de la herencia patriarcal y sexista intrínsecamente ligada a la violencia estructural, ha mostrado una tendencia creciente en los últimos años, lo que exige políticas y medidas de protección urgentes. Este estudio tiene como objetivo analizar el potencial de un enfoque transdisciplinario como estrategia didáctica, orientada a la formación humana del alumnado, centrada en la deconstrucción de la cultura sexista y la lucha contra el feminicidio, entre temas transversales contemporáneos y competencias generales que todo el alumnado debe adquirir a lo largo de la Educación Básica. La investigación cualitativa, con contornos descriptivos y exploratorios, estructurada en procedimientos de investigación documental en asociación con la investigación bibliográfica, se reveló como un enfoque transdisciplinario innovador en la enseñanza de la educación básica, como una acción didáctico-pedagógica y metodológica para afrontar y combatir el feminicidio en la sociedad brasileña. Se concluye que, en la realidad de la educación básica brasileña contemporánea, la inclusión del abordaje y la lucha contra el feminicidio en Brasil.

Palabras clave: Educação Básica. Femicídio. Transdisciplinariedad. Estudiantes.

I INTRODUÇÃO

Desde o período colonial-imperial a estrutura social, cultural, religiosa, científica de base ideológica, filosófica e metafísica forjada nos pilares cisheteropatriarcal e eurocentrada, como sendo referência secular do mundo. Nesse paradigma, o homem é tido como o epicentro do universo para toda a humanidade. Esse foi moldado em processos históricos e sistemáticos de silenciamento dos corpos femininos em todas as estruturas da sociedade.

O pensar o mundo no viés eurocêntrico e do patriarcalismo é refletido no paradigma androcêntrico, resultante no perverso processo de hierarquização sexual do trabalho, invisibilização proposital das produções intelectuais das mulheres e perpetuação de desigualdades e hierarquização salariais, caracterizando assim como bem diz o pensador Aníbal Quijano, sendo um padrão estrutural de dominação global, que ainda organiza a sociedade brasileira, caracterizando o fenômeno da colonialidade do ser e do poder, na qual molda as organizações em todas estruturas sociais contemporâneas, impulsionado pelas atuais barreiras estruturais enviesado na naturalização da hierarquização de gênero na sociedade.

Conforme diz Margareth Rago (1985), desde o Brasil colonial-imperial, meninas e mulheres foram explicitamente no passado e sutilmente ainda retratadas de modo geral em situação de subordinação e dependência e obediência ao pai e a posteriori do marido, sendo dele seu objeto sexual e de propriedade, sendo esse estereótipo sobre a mulher de mãe, esposa e no papel de dona-de-casa permaneceu no pensamento patriarcal da sociedade brasileira no período colonial até os dias atuais na visão colonial de uma parcela significativa e machista e misógina dos homens na sociedade brasileira.

A casa no período colonial-imperial, era o espaço único ocupado pelos corpos femininos, sendo qualificado pela categoria de rainha do lar, dedicada à família, e aos cuidados da educação

dos filhos, dos afazeres domésticos, historicamente forjada em sua educação moral e religiosa, na qual concedeu ao homem o papel de provedor do lar e proprietário do corpo da mulher (Rago, 1985).

Revisitando nossa historiografia embebida no patriarcado, o Decreto de 15 de outubro de 1827, do governo imperial postulava para educação feminina um currículo preparatório para formação de donas-de-casa e de obediência, moldou inúmeras gerações de meninas e mulheres brasileiras. Desse modo, o processo de conquista, emancipação e empoderamento das mulheres, é um fenômeno recente na sociedade brasileira, principalmente no que se refere a desconstrução do espaço doméstico da mulher, da submissão institucional e do homem como epicentro do mundo, entretanto há em curso total ruptura da colonialidade do ser e do poder do homem sobre a mulher dos tempos atuais, moldada em nova reconfiguração estrutural (Brasil, 1827).

No âmbito educacional, a historiografia da educação brasileira desempenhou um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que reproduz desigualdade de gênero no campo do trabalho e da ciência, também se configura como espaço privilegiado para problematização, enfrentamento, combate e desconstrução no âmbito do currículo escolar prescrito e praticado, ainda presente no pensamento patriarcal. Durante décadas, os currículos escolares reforçaram a hierarquização de gêneros e papéis sociais distintos para homens e mulheres, contribuindo para a consolidação de cultura estrutural cimentada em raízes do patriarcado, presente até os dias atuais na sociedade brasileira, perpetrada pelo machismo estrutural.

3

Dialogando com a renomada pensadora Simone de Beauvoir (1949) expoente acerca do estudo na categoria mulher, a autora advoga que o gênero mulher, é sobretudo fruto da construção cultural e social, onde nessa atual contemporaneidade desloca o homem como sendo referência de mundo, em detrimento da mudança no paradigma histórico, social e cultural, com descentralização das estruturas patriarcais.

Ecoa na atual contemporaneidade potente vozes das pensadoras, a saber, Sueli Carneiro, Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Bell Hooks, Angela Yvonne Davis, Simone de Beauvoir e Judith Butler, remodelando os currículos e conteúdos de ensino escolares, posicionando-se a favor do pensar o lugar de corpos femininos, movendo-se livremente dentro de uma democracia.

Em nova ressonância educacional do século XXI, emerge a necessidade de repensar o currículo da educação básica, na perspectiva crítica e integradora. A transdisciplinaridade apresenta-se como apropriada abordagem didática capaz de articular diferentes saberes, além de promover uma formação humana, ultrapassando a fragmentação do conhecimento,

incorporando nas rotinas de aprendizagem dos conteúdos de ensino, saberes acerca do respeito e prevenção, de todas as formas de violência contra meninas e mulheres.

Em Santos (2025), destaca-se ausência de efetivação explícita de práticas pedagógicas e curriculares na desconstrução do feminicídio na educação básica brasileira, presente nos discursos de alunos do ensino médio, já alicerçada do machismo estrutural já consolidado nas vozes de estudantes do gênero masculino do ensino médio, corpos dos jovens reprodutores fiéis da configuração histórica da racionalidade do mundo cimentada na visão masculina, cabe salientar que 40% das jovens brasileiras já sofreram violência psicológica e abusos dos namorados, revelou-se que 8 em cada 10 mulheres brasileiras já sofreram violência silenciosa, física, digital e abusos psicológicos no namoro (Jornal O Globo, 2025).

Dialogando e concordando com os aportes teóricos atuais e insurgentes de Judith Butler (2021) e Hogemann (2024), esse discurso de ódio contra o corpo da mulher, somente teve poder antes da emancipação e feminismo das mulheres na atual contemporaneidade para alcançar os direitos e equidade de gênero, no caminhar dessa importante conquista histórica, traz reconfiguração na posição da mulher na atual sociedade, assumindo o papel de protagonismo em espaços de poder, em particular no mundo da ciência e do trabalho.

A justificativa da pesquisa decorre do atual panorama de aumento de 7,5% dos casos de feminicídio no Brasil de 2024 para 2025, registrando 1.568 casos no último ano, e já com 399 casos registrados no primeiro trimestre de 2026 sinalizando tendência de agravamento, torna-se urgente que a escola assuma sua missão de formação humana integral. Assim, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: Será que a mediação pedagógica na abordagem didático-pedagógica e metodológica da transdisciplinaridade na educação básica apresenta potencialidade no enfrentamento e combate do feminicídio na sociedade brasileira?

Este estudo objetiva analisar a potencialidade da abordagem transdisciplinar em todos os componentes curriculares em associação com conteúdos de ensino na educação básica, rumo ao enfrentamento e combate ao feminicídio na sociedade brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender o atual fenômeno investigado, está presente pesquisa que organiza a fundamentação teórica em duas categorias analíticas centrais: feminicídio e machosfera articulada à discussão de gênero perspectivada em abordagem didático-pedagógica da metodologia da transdisciplinaridade.

2.1 Documentos Legais e Educacionais Atuais no Enfrentamento e Combate ao Feminicídio no Brasil

Em toda trajetória histórica brasileira das políticas de governo federal, a atual gestão do então Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, apresenta o maior quantitativo de mulheres no espaço de poder, rompendo e deslegitimando com séculos de dominação masculina na instância de poder.

Nesta mesma direção, o importante marco legal da Lei nº 15.412, sancionada pelo atual Presidente da República, publicada no Diário Oficial da União no dia 21 de maio de 2026, focaliza medidas protetivas de natureza cível para a mulher vítima de violência devem ter execução imediata. De acordo com o texto sancionado, o juiz tem autoridade legal para poder determinar o cumprimento das medidas protetivas sem necessidade de ajuizamento da ação pela vítima (Brasil, 2026). O aparato jurídico brasileiro, materializado na atual Constituição, determina que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, impõe ao Estado o dever de coibir a violência no âmbito das relações familiares (Brasil, 1988).

Nossa importante legislação da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, foi criada com a finalidade de prevenir, coibir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar, sobre sua eliminação contra meninas e mulheres brasileiras (Brasil, 2006).

No aparato jurídico da Lei nº 13.104/2015, o feminicídio foi incluído no Código Penal, um avançado marco na luta contra a violência de gênero no Brasil, na mesma direção a Lei nº 14.994/2024, tornou-se um crime autônomo assentado no art. 121-A do Código Penal, a pena foi ampliada para 20 a 40 anos de reclusão, caracterizado como crime hediondo, fenômeno geográfico silencioso, privado e familiar presente na realidade da sociedade brasileira (Brasil, 2024).

Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), determina obrigatoriedade de incluir na arquitetura curricular conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, através da abordagem transversal em todos os processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos de ensino (Brasil, 1996).

Na mesma direção, no marco legal da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece obrigatoriedade na inclusão nos conteúdos curriculares de ensino, em atuais seis áreas denominadas de Temas Contemporâneos Transversais (TCT), cuja proposição decorre da integração dos conhecimentos específicos das unidades temáticas com a realidade dos estudantes, conectando-os com emergentes temáticas de abrangência local, regional, nacional e

global, em que se destaca o perverso e silencioso fenômeno geográfico e social do feminicídio na sociedade brasileira (Brasil, 2018).

Na Lei nº 14.164 de 06 de junho de 2021, alterou a Lei nº 9.394/1996, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica, na qual instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência Contra Mulher nas rotinas de aprendizagem (Brasil, 2021).

Na Portaria Interministerial nº 2 de 2026, divulgada em 26 de março, propõe inclusão no currículo prescrito e praticado em todos os componentes curriculares e seus conteúdos de ensino de base nacional comum, enfrentamento e prevenção contra a violência de meninas e mulheres em todas etapas da educação básica brasileira (Brasil, 2026).

Seguindo nessa mesma direção, a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orienta o ensino em todo processo educativo da Educação Básica, mediada em potente prática pedagógica cimentada na metodologia da interdisciplinaridade, através da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e da metodologia da problematização freireana, vislumbrando enfrentamento e combate à violência contra meninas e mulheres na sociedade brasileira (Brasil, 2018).

Ainda de acordo com as orientações da BNCC, se propõe um ensino para cultura da paz e empatia, através da discussão sobre as causas da violência contra populações marginalizadas, incluindo às mulheres, incluindo o feminicídio na escola exige uma abordagem pedagógica transversal focada na prevenção e no respeito à toda mulher (Brasil, 2018).

2.2 A Metodologia da Transdisciplinaridade e Educação

Conforme aponta os escritos de Cantares e Guzzo (2025), forjar nas rotinas de aprendizagem prevenção da violência contra meninas e mulheres nos episódios do cotidiano escolar, impulsionou emergência curricular de inclusão de conteúdos de ensino, com intencionalidade pedagógica de desconstrução do machismo estrutural.

Nesta mesma direção, Lima e Pires (2025), a proposta pedagógica da abordagem transdisciplinar sobre a violência contra a mulher deve abordar a interseccionalidade entre direitos humanos, formação humana crítica e reflexiva dos alunos, visando fomentar educação global na desconstrução do feminicídio na sociedade brasileira.

Na perspectiva teórica de Edgar Morin (2002a), os saberes sociocientíficos do currículo escolar, de um modo geral, não é pertinente porque é transmitido aos alunos na abordagem didático-pedagógica e metodológica de natureza fragmentada em todo processo educativo da

educação básica brasileira, no atual tradição disciplinar sem necessária contextualização e religação dos conhecimentos, na qual o aluno não consegue perceber os vínculos entre às partes na assimilação das estruturas mentais superiores do todo.

Nos apontamentos teóricos de expoente na literatura internacional de Edgar Morin (2002), a metodologia da interdisciplinaridade caracteriza-se muitas das vezes por esquemas cognitivos que atravessam as disciplinas, essa afirmação é ampliada por Basarab Nicolescu (1999), ao explicar a transdisciplinaridade nos remete ao que está entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas, contemplando diferentes níveis da realidade.

O pensamento atual transdisciplinar de Nicolescu (1999), Morin (2002a; 2002), configura-se no elo da comunicação entre os saberes sem que se opere, no entanto, visando à ruptura da fragmentação dos saberes sociocientíficos escolares.

2.3 O Feminicídio como Expressão da Violência de Gênero

Na assertiva de Santos, Melo e Moraes (2026) à violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das mais persistentes violações dos direitos humanos na sociedade brasileira no passado e na atual contemporaneidade, manifestada por um ciclo progressivo perverso de violência psicológica e física precedidas antes do feminicídio. Esse fenômeno estrutural geográfico desvela um fenômeno histórico de desigualdade hierárquica entre homens e mulheres associado a insuficiência de políticas públicas protetivas e ausências da temática no currículo prescrito escolar.

A escola constitui-se como um espaço protetivo e acolhedor, promovendo nas rotinas de aprendizagem no ensino na educação básica, ação didático-pedagógica e metodológica contra o atual fenômeno geográfico do feminicídio no Brasil, lançando situações-problemas para discussão no currículo praticado (Brasil, 2026).

O papel da escola no atual cenário da sociedade brasileira cuja epidemia contra corpos femininos, em 2025, ceifou 1.568 vidas, somente no primeiro trimestre de 2026, 399 mulheres, cabe à escola básica brasileira na atual contemporaneidade efetivar nas rotinas de aprendizagem, direitos e deveres assegurados pela atual Constituição de 05/10/1988, bem como dos recentes documentos normativos e das políticas públicas implementadas pelo atual governo federal (Brasil, 2026).

Na construção social e cultural no Brasil, desde o período colonial-imperial, os corpos femininos não podiam questionar, opinar e desobedecer, com identidades educadas para perpetuação no espaço doméstico, silenciadas, negadas, destituídas de vozes e palavras, esses

corpos biológicos vistos pela estrutura patriarcal para obediência, submissão e objeto sexual, em um mundo de racionalidade masculina (Ferreira e Silva, 2024).

Dialogando e concordando com Priscilla Placha (2026), a matabilidade dos corpos femininos na sociedade brasileira, esse fenômeno está no cerne de outras manifestações de violência contra o corpo da mulher, para complementar, a autora (2026), essa perversa matabilidade, significa apontar o poder de vida e morte que os homens em toda trajetória da humanidade, esse paradigma da machosfera foi historicamente moldado na estrutura cultural, social, familiar e da igreja, enraizada na tradição judaico-cristã.

Através do importante tese doutorado de referência, Carolina Russo Simon (2023), nos diz que o feminicídio estabelece relação intrínseca com a violência estrutural de gênero, sendo um fenômeno geográfico, político, educacional e jurídico, dito isso, exige uma abordagem integrada, em rede no enfrentamento para combatê-la, sendo assim primordial sua discussão nos currículos escolares.

Segundo os apontamentos de Rago (1985) e Santos, Sepúlveda e Pereira (2025), a constante violência psicológica, doméstica, privada e familiar contra corpo de meninas e mulheres, é um fenômeno geográfico e social, cuja origem remonta à construção da racionalidade ocidental cimentada na subalternização e colonização dos corpos femininos.

No Brasil essa forma de violência é um legado do nosso passado colonial, presente até os dias atuais, essa expressão violenta de feminicídio se caracteriza por ser a perseguição e assassinato intencional de mulheres pelo simples fato de serem mulheres (Sepulveda e Sepulveda, 2019).

Na proposição teórica de Butler (2003; 2018), Segato (2005) e Butler (2021), o feminicídio não é um ato isolado, mas manifestação de uma histórica cultura de dominação masculina em todas as estruturas da sociedade, com raízes na nossa herança do patriarcado e da colonização do ser e do poder, em que os homens detêm o poder e ocupam posição hegemônica e às mulheres resta a submissão e cordialidade.

Conforme assinala Segato (2005), essa posição de poder de gênero, somente foi sustentada por séculos porque às mulheres foram historicamente colocadas numa posição de inferioridade e subserviência, entretanto na assertiva de Butler (2021), esse atual paradigma perverso materializado em discurso de ódio, injúria e misoginia, não se sustenta na atual dinâmica da atual construção social, acadêmica e cultural da mulher brasileira, ao provocar rupturas na repetição secular de dominação masculina, como sendo referência de mundo.

Na perspectiva de Lima e Pires (2025), à violência contra a mulher no Brasil, com foco no feminicídio, expressão extrema da desigualdade de gênero, emerge por políticas públicas eficazes voltadas para enfrentamento e combate, principalmente no campo educacional, em todos os níveis, contextos e modalidades de ensino. O feminicídio deve ser compreendido como recente fenômeno geográfico, social, histórico e político porque há atravessamentos com raízes patriarcais e da colonialidade do ser. Conforme muito bem diz Simon (2023), gênero constitui-se como sendo uma categoria de análise reveladora em relações de poder historicamente construídas pelo homem para o homem. Nessa direção, Butler (2003; 2021), amplia a compreensão ao evidenciar que o gênero é performativo, sendo reiterado por normas sociais reguladoras dos comportamentos e identidades.

Assim, o feminicídio emerge como resultante de uma histórica construção forjada pela ciência e religião, na qual naturaliza à subordinação feminina, legitima a violência do corpo da mulher como sendo mecanismo de controle e subserviência ao homem.

2.3.1 Dados Estatísticos do Feminicídio no Brasil

De acordo com dados divulgados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2025, este debruça acerca da discussão da violência e homicídio contra a mulher, e dos atuais instrumentos jurídicos e institucionais legais, no enfrentamento para combatê-la, tal urgência e emergência ocorre em um momento da nossa sociedade em que este fenômeno geográfico e social aponta tendência de agravamento e crescimento, em 2025, foi registrado 1.568 vítimas de homicídio no Brasil, número equivalente a 4,7% superior ao registrado no ano de 2024 e, nos últimos cinco anos esse tipo de crime cresceu 14,5% (Brasil, 2025).

Cumprе ressaltar que desde a implementação da Lei do Feminicídio em 2015, cerca de 13.703 mulheres foram assassinadas em todo país por razões relacionadas ao gênero, no mesmo período acima citado, 37,5% das mulheres brasileiras relataram ter vivido alguma situação de violência física, correspondendo aproximadamente 21,4 milhões de mulheres com 16 anos ou mais (Brasil, 2025).

Este caótico quadro perverso de matabilidade em tendência de estagnação, desvela uma sociedade brasileira racista, machista e misógina, torna-se preocupante em detrimento do padrão recorrente de crueldade, em vistas que cerca de 80% dos casos de feminicídio são cometidos por alguém conhecido da vítima, e faz parte de sua vida íntima, resultantes de sucessivas violência psicológica (Brasil, 2025).

No Brasil contemporâneo ainda impera o machismo, homofobia e misoginia. Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mesmo diante do aumento da penalização e dos avanços legais das duas últimas décadas, os índices de violência contra meninas e mulheres que resultam em feminicídio permanecem registrando aumento significativo, com alta de 7,5% no primeiro trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025, sinalizando tendência crescente, arrolada em violência estrutural e desigual de gênero, com emergência de medidas integrativas, jurídicas, sociais e educativas (Brasil, 2025; Brasil, 2026).

Concordando com Santos, Melo e Moraes (2026), os dados acima desvela uma problemática com emergência em detrimento da escassez de ações pedagógicas na educação básica das escolas brasileiras, o fenômeno geográfico e silencioso do feminicídio na atual sociedade brasileira, enfrenta ineficiência das medidas jurídicas protetivas das mulheres brasileiras em situação de violência psicológica e física. Sobre estes dados citados, Moraes et al. (2026), esclarece sendo o alicerce da violência e feminicídio contra à mulher, fenômeno estrutural e patriarcal ainda presentes na sociedade brasileira, na qual exige integração de avançados marco jurídico e educacional, no seu enfrentamento, desconstrução e combate.

2.4 Machosfera e a Reprodução do Cisheteropatriarcal na Sociedade

Na perspectiva teórica de Almeida (1997), o homem cis e branco é tido como referência do mundo, estabelecendo assim, hierarquização sexual, colocando meninas e mulheres, na ordem social em posição de submissão, invisibilidade e inferioridade.

A categoria machosfera, embora ainda em consolidação no campo acadêmico, pode ser compreendida como um conjunto de práticas, discursos e espaços, físicos e simbólicos, ainda reforça de forma explícita em todas estruturas da sociedade, supremacia masculina e a desvalorização do feminino, caracterizando como afirma Quijano (2017), o processo de colonização do poder sobre o corpo feminino, sob dominação masculina, sobretudo com permissão para ceifar suas vidas.

Na perspectiva teórica e feminista de Butler (2021), a ruptura e desconstrução do paradigma da machosfera estrutura-se na reprodução de valores patriarcais que atravessam instituições sociais, incluindo a família, a mídia e a escola. Nesse sentido, a educação desempenha papel central tanto na reprodução quanto na possibilidade de desconstrução dessas práticas.

Dialogando com Chassot (2017) e Butler (2018), aponta que na evolução da ciência moderna foi moldada sob uma lógica masculina, branca e eurocentrada, na qual legitima

epistemologicamente a exclusão das mulheres. Tal perspectiva reforça a ideia de que a machosfera não se limita ao plano cultural, também se inscreve nos modos de produção do conhecimento produzido somente por intelectuais homens cis, brancos, europeus e estadunidenses como referência universal, bem como na subversão do corpo feminino, trazendo implicações na construção da identidade da estrutura psíquica da mulher vítima de violência física e psicológica.

Na mesma direção, na pesquisa de Lemos (2013), assevera sendo à religião enquanto sistema simbólico interage de maneira dialética com uma das destacadas características socioculturais de nossa história: o patriarcado, ela apresenta-se como um elemento estruturante do patriarcado sendo de construção teológica, acerca dos espaços masculinos e femininos nas relações sociais, religiosas e na ciência. A igreja e seus dogmas religiosos corroboram para a formação e manutenção de estruturas de poder, ainda sustentada no viés da machosfera, sobretudo pela imposição de papéis de gênero, misoginia, violência e feminicídio.

Diante do exposto, considera-se que a compreensão do feminicídio exige uma análise que considere suas raízes históricas e estruturais, uma vez que a sociedade brasileira foi constituída sob bases coloniais e patriarcais, nas quais a dominação masculina moldou toda a racionalidade científica, cultural e social no mundo.

Na assertiva de Placha (2026), o constructo cultural e social de controle dos corpos feminino legitimou todas as formas de violência ao feminicídio geográfico privado e silencioso da mulher em todas regiões do Brasil, sendo o mundo escolar um caminho para fomentar competências e habilidades na formação humana dos alunos na educação básica na desconstrução do homem como referência do mundo. A categoria gênero, conforme assertiva da pensadora Simone de Beauvoir (1949) e Scott (1995), constitui elemento analítico fundamental para compreender do passado não tão distante, histórica relações pautadas na hierarquização de poder desigual e hierárquica produzidas por homens e para homens, ainda compreendidas como determinismo biológico, entretanto, estas autoras advogam sendo a atual educação feminina remodelada na atual reconfiguração social e cultural.

Na assertiva política de Beauvoir (1949) e Butler (2003; 2018), amplifica essa ampla discussão ao tratar o gênero como construção performativa, rompendo com determinismos biológicos de subversão da mulher e dominação masculina.

Nessa mesma direção, Butler (2018; 2018 a), esclarece que o poder produzido pela ótica masculina fomenta às normas sociais opressoras internalizadas, são as mesmas forjadora da nossa identidade, quer dizer, formamos nossa subjetividade ao internalizar essas normas sociais

opressoras, entretanto (2015), a mulher na atual contemporaneidade rompe estruturas do patriarcado a partir do relato positivo de si mesma, ressignifica, reconfigura a realidade desafia a microfísica do poder de raízes de dominação masculina, abrindo espaços para a resistência e empoderamento, além da ruptura do lugar de subversão do gênero.

Nesse contexto, a metodologia da transdisciplinaridade ganha relevância, diferentemente da metodologia escolar da interdisciplinaridade, em articulação com os componentes curriculares, a atual proposição da metodologia da transdisciplinaridade vislumbra ultrapassar fronteiras da fragmentação das ciências, integrando saberes científicos, populares e subjetivos, com proposição de transversalizar os currículos das escolas brasileiras. Conforme Nicolescu (1999), trata-se de uma abordagem que considera a complexidade da realidade, promovendo a integração entre os saberes.

3 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa científica conforme atesta Triviños (2017), torna-se essencial na investigação científica, visando assim, compreensão profunda e interpretação dos fenômenos estudados, explorando a complexidade e riqueza dos conteúdos sociais, culturais e individuais.

A presente pesquisa ora aqui apresentada, caracteriza-se como exploratória, enquadrada na abordagem qualitativa, buscando compreender a complexidade do fenômeno do feminicídio no contexto educacional e potencialidade pedagógica de enfrentamento por meio da metodologia da transdisciplinaridade.

Na proposição teórica de Triviños (2017), a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, considerando suas dimensões históricas, culturais e subjetivas. Nessa perspectiva teórica, esta investigação valoriza a interpretação dos sentidos atribuídos pelos docentes, com atravessamento em prática didático-pedagógica relacionadas à temática de gênero e violência.

No pensamento de Gil (2019), a pesquisa de natureza qualitativa empregada nesta presente pesquisa, não está objetivada em apresentar dados mensuráveis e quantificáveis, com foco na compreensão profunda dos fenômenos, com prioridade em significado, no contexto e nas experiências subjetivas, tem como características em investigar e compreender problemas da realidade social.

Concomitantemente, conforme os aportes teóricos de Severino (2016) e Gil (2019), a presente pesquisa aqui apresentada, enquadra-se na tipologia explicativa que é uma continuação da pesquisa descritiva, entretanto essa abordagem além de registrar, analisar e interpretar os

dados coletados, busca aprofundar o conhecimento da realidade para entender com profundidade um determinado fenômeno, aqui o objeto de pesquisa, sendo o critério de exclusão dados da Segurança Pública Brasileira anteriores ao ano de 2025, sendo o critério de inclusão, dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de feminicídio no território brasileiro ocorrido em 2025 e no primeiro semestre de 2026, mediante os dados de domínio público coletados em documentos da Segurança Pública Nacional e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2025 e do primeiro semestre de 2026.

Em relação aos procedimentos da pesquisa, essa sustenta-se na proposição teórica de Fonseca (2002), sendo assim, enquadrada na pesquisa Ex-Post-Facto em associação com a pesquisa bibliográfica; Na primeira o método científico investiga a ocorrência de um fenômeno social da realidade social após o ocorrido, sendo aqui nosso objeto de pesquisa, os 1.568 casos de feminicídio no Brasil em 2025, 399 no primeiro trimestre, 232 em abril e maio de 2026; Na segunda, utiliza prioritariamente os documentos como fonte primária de dados. Aqui propusemos produzir um quadro didático-pedagógico na perspectiva da metodologia transdisciplinar, em intersecção com todos os componentes curriculares de base nacional comum, explicitando exemplos de conteúdos de ensino na inclusão no currículo real no enfrentamento e combate do feminicídio no Brasil.

No que se refere à técnica de coleta de dados, recorreremos à fichamentos para descrever ações didático-pedagógicas de cada um dos componentes curriculares de base nacional comum.

Para a análise dos dados, foi predileção por utilizar os dados registrados e divulgados em site de domínio público pela Segurança Pública Nacional em 2025 e no primeiro semestre de 2026. Assim, neste estudo buscou não apenas descrever a realidade do fenômeno feminicídio no território brasileiro, sobretudo em levantar caminhos possíveis na prática pedagógica contra a violência e feminicídio de meninas e mulheres no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verifica-se nesta pesquisa que a análise dos dados coletados permite afirmar que a metodologia da transdisciplinaridade contribui significativamente para promover efetivação explícita da discussão do feminicídio nas escolas brasileiras, ao integrar diferentes áreas do conhecimento e promover o diálogo entre os saberes.

Verificou-se, nas pesquisas de Botelho e Bylaardt (2025) e Moraes et al. (2026), a efetivação de proposta didático-pedagógica de enfrentamento e combate ao feminicídio no contexto escolar por meio de projetos interdisciplinares com alunos do ensino médio; a presente

pesquisa corrobora esses dados, tendo como objeto a abordagem didática da transdisciplinaridade voltada para alunos do ensino fundamental e médio.

Constatou-se, na pesquisa de Sepúlveda e Sepúlveda (2019), a proposta pedagógica de enfrentamento e combate ao feminicídio a partir de nova arquitetura curricular divulgada em 2026 pelo atual governo federal, que inclui temática sobre o feminismo. Na mesma direção, Félix (2015) e Cantares e Guzzo (2025) destacam a proposta pedagógica da interdisciplinaridade no ensino fundamental, como potente ação educativa na prevenção da violência de gênero na escola por meio da psicologia crítica.

Verifica-se nos avançados documentos jurídicos e educacionais, importante progresso nas duas últimas décadas, sobretudo no aumento da penalização contra feminicídio no Brasil para reclusão de 40 anos, entretanto esse fenômeno geográfico e social, apresenta tendência de aumento, para explicação filosófica e teórica de Beauvoir (1949), Nascimento (1978), Quijano (2010), Chassot (2017), Almeida (2019) e Judith Butler (2018; 2021), o feminicídio tem entrelaçamento com raízes estruturais do patriarcado e das desigualdades hierárquicas de gênero.

Nota-se que medidas protetivas contra à prevenção da violência aos corpos de meninas, adolescentes e mulheres, são em sua maioria implementadas a partir de políticas do governo progressista do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mediante o atual Decreto Interministerial 02/2026, estabelece inserção nos currículos escolares, integração dos conteúdos de ensino da temática violência contra meninas e mulheres em todas etapas da educação básica, visando formação humana integral dos alunos.

Verifica-se, expressivo resultado produzido ao apresentar, dados no (Quadro 1) a seguir, potente e exequíveis ações didático-pedagógica e metodológica inovadoras, em atravessamento em todos componentes curriculares do currículo de base nacional comum, visando aprendizagens essenciais e significativas para toda vida do aluno.

Quadro 1 – Práticas Pedagógicas Transversais no Combate ao Feminicídio na Escola

No eixo, Ciências Humanas	
História	Análise do patriarcado e do papel das mulheres ao longo do tempo; Discussão sobre o projeto estrutural de controle e poder
Sociologia	Discussão sobre machismo estrutural e relações de poder e Direitos Humanos;
Filosofia	Leituras clássicas de textos das obras de Simone de Beauvoir, Marcia Tiburi, Judith Butler, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Bárbara Pinheiro, Angela Davis e Bell Hooks; Debates sobre Direitos Humanos; Ensino no combate ao feminicídio.

Geografia	Distribuição geográfica da violência contra a mulher no Brasil, com recortes sobre etnia, raça, escolaridade, estrato social e econômico;
Ensino Religioso	Desconstrução da figura masculina sendo o único provedor da casa e da mulher dona de casa e cuidadora do marido e dos filhos e discussão do antropocentrismo; desconstrução de leituras fundamentalistas; Desconstrução do machismo religioso; Desconstrução da educação doméstica e dominação masculina; Estudo de Bell Hooks “Tudo sobre o amor”; Debates sobre o tema: Cristãos contra o feminicídio.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

Quadro 2 – Práticas Pedagógicas Transversais contra o Feminicídio

No eixo, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	
Língua Portuguesa	Análise crítica de discursos midiáticos; Produção textual de diversos gêneros textuais com foco no enfrentamento, desconstrução e combate do feminicídio.
Artes	Produção de expressões artísticas sobre resistência feminina;
Literatura	Leitura de autores que problematizam gênero, tais como Judith Butler, Rita Segato, Bell Hooks e Adichie Chimamanda.
Educação Física	Jogos, danças e brincadeiras na abordagem cooperativa e inclusiva entre os gêneros; Esportes nas aulas de Educação Física e em campeonatos escolares em modalidades esportivas mistas.
Língua Inglesa	Discussão sobre feminicídio na escala global e medidas de enfrentamento realizadas em outros países.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

No eixo, Ciências da Natureza e suas Tecnologias	
Ciências	Discussão conteúdo de ensino fisiologia do corpo humano, respeito e direitos humanos;
Corpo como Território e Linguagem	Discussão desde a Educação Infantil e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, na perspectiva do corpo feminino como território e linguagem na desconstrução e combate do feminicídio.
Biologia	Distinção entre sexo biológico e gênero; Desconstrução dos mitos biológicos e combate ao determinismo biológico, desmistificar o senso comum de que o comportamento agressivo e violento do homem é puramente hormonal; Discussão no conteúdo de ensino de fisiologia humana em intersecção com a corporeidade da mulher na sua trajetória histórica.
Química	Atividades forenses, análise de álcool no sangue e/ou de substâncias psicoativas; Abordagem da química do álcool e de entorpecentes, discutindo como o uso dessas substâncias aumentam o risco de feminicídio e violência física.
Física	Discussão no conteúdo de ensino da Lei de Newton (Mecânica), sobre violência física e mecânica, abordando os impactos de socos nas lesões físicas.

Quadro 3 – Práticas Didático-Pedagógicas e Metodológicas no Combate ao Feminicídio

Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

No eixo, Matemática e suas Tecnologias	
Matemática	No conteúdo de ensino sobre Probabilidade, utilizando dados atuais do Atlas de Violência contra a mulher (2025), propor discussão teórica e atividade práticas. Abordagem nas aulas de estatísticas com produção de gráficos sobre o feminicídio na sua cidade, estado e no Brasil e de medidas de combate apresentadas na linguagem matemática com foco na educação matemática crítica.

Quadro 4 – Metodologias Transdisciplinares no Combate ao Feminicídio

Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

Quadro 5 – Temas Contemporâneos Transversais

No eixo, Intervenção Social e Temas transversais Contemporâneos
Projetos interdisciplinares com campanhas educativas;
Rodas de conversa sobre cidadania e civismo e Direitos Humanos;
Aprendizagem Baseada em Problemas numa abordagem transdisciplinar;
Aprendizagem Baseada em Projetos;
Metodologia da Problematização de Paulo Freire e do Arco de Maguerez;
Filmografias para discussão do feminicídio (É assim que acaba; Ângela; Entre Mulheres, Nunca Mais e Dormindo com o inimigo);
Produção de materiais paradidáticos pelos estudantes e professores.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

Verifica-se que, mesmo depois da implementação de importantes marcos legais de proteção à mulher, tais como as Leis nº 11.340/2006, nº 13.104/2015 e nº 14.994/2024, os dados estatísticos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública registraram aumento de 4,7% dos casos de feminicídio no Brasil entre 2024 e 2025, perfazendo 631 assassinatos somados ao primeiro trimestre, abril e maio de 2026. Na explicação teórica de Almeida (1997) e Lima e Pires (2025), apesar dos avançados marcos jurídicos, o aumento e a tendência de crescimento do feminicídio têm suas raízes estruturais no patriarcado, o machismo e na violência contra o corpo da mulher, associados, como explica Butler (2021), ao discurso de ódio e à dominação masculina ainda presente em todas as estruturas sociais, refletida nas relações familiares e privadas, visto que cerca de 80% dos casos de feminicídio são cometidos por alguém próximo da vítima. Para complementar, dados recentes da pesquisa de Moraes et al. (2026) apontam que o enfrentamento

e combate ao feminicídio exige sua discussão no processo educativo da educação básica em todos os componentes curriculares.

Constatou-se, nas pesquisas de Cantares e Guzzo (2025), Lima e Pires (2025) e Moraes et al. (2026), dados similares acerca da importância da discussão do fenômeno geográfico e social do feminicídio nos currículos escolares prescrito e praticado, com alunos do ensino médio. A presente pesquisa corrobora esses estudos ao apontar a abordagem da transdisciplinaridade em todo o percurso da Educação Básica, visando ao enfrentamento e à desconstrução do feminicídio na sociedade brasileira e ao processo de formação humana integral dos alunos para o respeito à mulher.

Nota-se, na pesquisa de Simon (2023) e Hogemann (2024), que mesmo com políticas e medidas protetivas contra a violência e o feminicídio contra a mulher, os dados estatísticos de 2025, com 1.568 homicídios, e do primeiro trimestre de 2026, com 399, sinalizam tendência de estagnação dos casos. Na explicação teórica de Nascimento (2022) e Simon (2023), ainda se fazem presentes na sociedade brasileira resquícios do machismo estrutural e cultural suficientes para a violência e a matabilidade de mulheres de todas as etnias, estratos sociais e regiões do país, manifestada no privado das relações familiares por meio de sucessivas formas de violência física e psicológica, culminando no feminicídio e, nos apontamentos de Butler (2021), no discurso de ódio e misoginia perpetrado pelo machismo estrutural.

17

Verifica-se entre as principais políticas públicas para enfrentamento e combate ao feminicídio (Brasil, 2026), aponta emergência de implementação de discussão desta temática nos currículos escolares, nesta presente pesquisa, destaca-se ao apresentar, eficácia da abordagem transdisciplinar a partir da metodologia de problematização cunhada por Paulo Freire.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o feminicídio, enquanto expressão extrema da violência de gênero, não pode ser compreendido nem enfrentado a partir de abordagens pedagógicas e metodológicas fragmentadas. Trata-se de um fenômeno complexo, historicamente constituído e socialmente reproduzido, que exige respostas igualmente complexas e integradas.

Nossa análise dos dados revelou-se que, embora reconhecido como problema relevante, o feminicídio no Brasil ainda ocupa um lugar periférico nas práticas e currículos e conteúdos escolares, sendo tratado de forma pontual e desarticulada. Tal cenário aponta para a necessidade

urgente de reconfiguração curricular e de investimento na formação docente, de modo a possibilitar abordagens críticas e contínuas sobre gênero e violência.

Nesse atual contexto, a metodologia da transdisciplinaridade se afirma não apenas como alternativa metodológica, mas como fundamento epistemológico capaz de sustentar uma educação comprometida com a formação humana integral, ao articular saberes, valores e experiências dos educandos.

A inovadora proposta metodológica aqui apresentada neste estudo contribui ao apresentar ações pedagógicas nas quatro áreas do conhecimento estabelecidas pela atual BNCC, bem como ao promover o protagonismo discente na construção de uma cultura de respeito, equidade e justiça social. Contudo, sua efetivação depende de políticas públicas educacionais consistentes para os currículos escolares em todas as modalidades de ensino e etapas da educação básica.

Destacamos, o cumprimento do objetivo proposto da pesquisa ao apresentar proposta didático-pedagógica com a proposta didática da interdisciplinaridade no enfrentamento e combate ao feminicídio no ensino na educação básica.

Elencamos como sendo relevância social da pesquisa, apresentar o atual panorama do feminicídio na sociedade brasileira nos currículos escolares, entrelaçando ao processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de ensino, visando formação humana integral dos alunos brasileiros ao longo da educação básica.

A importante contribuição da presente pesquisa, é aumentar o volume de produções científicas na literatura nacional focalizada no âmbito escolar com eficaz ação didático-pedagógica e metodológica na rotina de aprendizagem, perpassando todo o processo educativo da educação básica.

Em relação aos limites da presente pesquisa, destaca-se o acervo bibliográfico incipiente de produções científicas na literatura nacional sobre este tema com foco no ensino na educação básica.

Um dos resultados expressivos e inovador desta pesquisa, configurou-se em apresentar robusta proposta didático-pedagógico abrangendo todos os componentes curriculares e respectivos conteúdos de ensino, caracterizando um dos pilares desta pesquisa, em alinhamento à BNCC, visando desconstrução dos pilares do machismo estrutural.

Sublinhamos, sendo o importante alinhamento desta presente pesquisa aqui apresentada, com recentes marcos jurídicos e atuais políticas de medidas protetivas sancionadas

em maio de 2026, pelo atual Presidente da República, na inclusão nos currículos e nas práticas pedagógicas escolares na discussão sobre o feminicídio na sociedade brasileira.

Por fim, destacamos que enfrentar todas às formas de violência e feminicídio geográfico e silencioso contra corpos de meninas e mulheres, exigem que todas as medidas jurídicas e educacionais devem ser adotadas na escola brasileira, a partir da educação infantil, atravessando o ensino fundamental e o ensino médio, mediante a metodologia da transdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Paris: Gallimard, 1949.

BOTELHO, M.; BYLAARDT, R. Z. Violência contra mulher: abordagem em uma escola do ensino médio no município de São Mateus-ES. Revista de Educação e Complexidade, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2025.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2025.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2024.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2026.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 15.412. Combate ao feminicídio. Brasília, 2026.

BRASIL. O papel da escola no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres. Brasília, 2026.

BRASIL. Decreto Governamental nº 2 de 1827. Brasília, 1827.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Discurso de ódio: uma política do performativo. São Paulo: UNESP, 2021.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminino e subversão de identidade. São Paulo: José Olympio, 2018.

BUTLER, J. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BUTLER, J. Relatos de si mesma. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANTARES, T. S.; GUZZO, R. S. L. Prevenção à violência de gênero na escola: contribuições da psicologia crítica. *Revista Psicologia Social*, v. 37, n. 1, p. 1-12, 2025.

CARDOSO, C. P.; SILVA, Z. P. Pedagogias femininas no combate ao racismo e às desigualdades de gênero. Salvador: NEIM, 2011.

CHASSOT, A. A ciência é masculina? É, sim senhora. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2017.

FÉLIX, J. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. *Revista Espaço de Currículo*, v. 8, n. 2, p. 223-231, 2015.

FERREIRA, A. P. P.; SILVA, E. P. Q. Rosalind Franklin em livros didáticos de Biologia: diálogos sobre mulheres, gênero e ciência. *Revista Ciências Humanas*, v. 25, n. 2, p. 1-26, 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2019.

GLOBO. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 2025.

HOGEMANN, E. R. Conquista das mulheres no Brasil: a linha do tempo das leis e políticas públicas. *Revista do Ministério Público*, v. 51, n. 45, p. 1-34, 2024.

LEMONS, C. T. Religião e patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. *Revista Caminhos*, v. 11, n. 2, p. 201-217, 2013.

LIMA, V. P.; PIRES, M. S. Feminicídio no Brasil: direito, estrutura patriarcal e educação emancipadora. *Revista Multidisciplinar Integrada REMI*, v. 6, n. 1, p. 1-30, 2025.

MORAIS, M. A. C. et al. O enfrentamento da violência contra mulher no ensino médio integrado: perspectivas legais e práticas pedagógicas. *Revista Cadernos Cajuína*, v. 11, n. 3, p. 1-15, 2026.

MORIN, E. Reformar o pensamento. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002.

MORIN, E. Religação de saberes. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002a.

NICOLESCU, B. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 2008.

PLACHA, P. Ciência UFPR: violência vicária entre as expressões do feminicídio. Paraná: *Jornal da UFPR*, p. 1-2, 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En livro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

RAGO, M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1985.

SANTOS, A. M.; MELO, T. S.; MORAIS, U. G. Feminicídio e seus impactos sociais: avaliação da realidade em Porto Velho-RO. *Revista REASE*, v. 12, n. 4, p. 1-30, 2026.

SANTOS, C. S.; SEPÚLVEDA, D. A. X.; PEREIRA, L. M. B. Os direitos das mulheres no Brasil e o combate ao feminicídio: a importância dessa reflexão nas escolas. *Revista Recdoc*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1-16, 2025.

SCOTT, J. A useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1995.

SEPÚLVEDA, D.; SEPÚLVEDA, J. A. Trabalhando questões de gênero: criando e recriando currículos para a valorização do feminino. *Revista Periferia*, v. 11, n. 4, p. 1-13, 2019.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juárez. *Revista de Estudos Femininos*, v. 13, n. 2, p. 256-271, 2005.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2013.

SIMON, C. R. Rompendo o silêncio e o anonimato: feminicídio como fenômeno geográfico. (Tese de Doutorado), Universidade Estadual Júlio Mesquita, 2023.

TRIVIÑOS, A. B. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2017.